

XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán, 2007.

Cultura popular y cultura científica en los periódicos médicos del siglo XIX.

Dumas dos Santos, Fernando Sergio y Oliveira Dias, Luiza (Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz).

Cita:

Dumas dos Santos, Fernando Sergio y Oliveira Dias, Luiza (Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz). (2007). *Cultura popular y cultura científica en los periódicos médicos del siglo XIX. XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-108/888>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/eU8X/nsm>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

XI° JORNADAS INTERESCUELAS/ DEPARTAMENTOS DE HISTORIA

(Tucumán, 19 al 22 de Septiembre de 2007)

Mesa Temática Abierta: **PROCESOS DE MEDICALIZACIÓN EN AMÉRICA LATINA. SIGLOS XIX Y XX**

Título: **Cultura popular y cultura científica en los periódicos médicos del siglo XIX**

Autores: **Fernando Sergio Dumas dos Santos (Investigador Adjunto) & Luiza Oliveira Dias (Becaria) de la Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz**

Dirección: **Av. Brasil, 4.036, sala 406, Manguinhos, Rio de Janeiro, Brasil**

Cep: 21040-361

Telefono: **55 (21) 2590-3489**

Fax: **55 (21) 2260-5496**

Direcciones de correo electrónico: fdumas@fiocruz.br y luizaod@yahoo.com.br

Resumen:

Cultura popular y cultura científica en los periódicos médicos del siglo XIX

Esa ponencia analizará históricamente las relaciones entre la cultura médica científica, en proceso de constitución teórica y metodológica con la creciente disociación de sus prácticas de las prácticas populares, y la cultura popular brasileña del siglo XIX acerca del uso de plantas medicinales, bien como la transformación y la integración de ese saber en conocimientos validados por la comunidad científica.

Para comprender y analizar ese proceso histórico utilizaremos el concepto de cultura definido por Clifford Geertz, articulado al concepto de cultura popular como es colocado por E. P. Thompson. La noción de cultura científica estará basada en una visión crítica de los estudios de Bruno Latour, amparada, para el caso brasileño, en los trabajos de historiadores como Tânia Pimenta e Luiz Otávio Ferreira.

Las fuentes que utilizamos en esa investigación son los periódicos médicos publicados en Brasil del ochocientos, los cuales traen informaciones sobre los usos populares de las plantas, bien como sobre sus usos científicos. Ese tipo de evidencia histórica nos permite interpretar el proceso con alguna seguridad y también nos revela las estrategias de traducción de esos conocimientos.

Introdução

Esta ponencia pretende analisar historicamente a relação entre a cultura científica, em processo de constituição de seu aporte teórico e metodológico com a crescente dissociação de suas práticas das populares, e a cultura popular brasileira do século XIX acerca do uso das plantas medicinais, bem como a transformação e integração desse saber em conhecimentos validados pela comunidade científica, a partir da análise das informações contidas nos periódicos científicos do período.

Cabe ressaltar que a cultura popular em estudo compreende um gama de elementos terapêuticos cristalizados pelos praticantes da medicina popular, não acadêmica, como salientou Tânia Salgado Pimenta¹ ao analisar a relação entre os terapeutas populares e as instituições médicas entre 1808 e o início da década de 1850, considerando as transformações ocorridas nessa relação, assim como Betânia Gonçalves Figueiredo² que analisa, especificamente, a atuação de barbeiros e cirurgiões ao longo do século XIX com o foco em Minas Gerais.

Buscando compreender e analisar o processo histórico acima descrito, prosseguimos a partir da utilização dos conceitos de cultura (Clifford Geertz), cultura popular (E. P. Thompson) e cultura científica, esta a partir de autores como Tânia Salgado Pimenta, Luiz Otávio Ferreira que possibilitaram a construção de uma noção de cultura científica para o período estudado.

Utilizamos o conceito de cultura como pensado por Clifford Geertz. Em seu estudo “*A interpretação das culturas*”³, particularmente, no recorte “*Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da cultura*”⁴ defende um conceito de cultura essencialmente semiótico, pois para ele

“(…) o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.”⁵

¹ PIMENTA, Tânia Salgado. “Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX”. In: Artes e ofícios de curar no Brasil. Capítulos de História Social. São Paulo; Editora Unicamp, pp.307-330.

² FIGUEIREDO, Betânia. Gonçalves. Barbeiros e cirurgiões: atuação dos práticos ao longo do século XIX. In: História, Ciências, Saúde — Manguinhos, VI(2): 277-91, jul.-out. 1999.

³ GEERTZ, Clifford. A interpretação das Culturas. Editora Guanabara

⁴ GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da cultura. In: A interpretação das Culturas. Editora Guanabara. pp.13-41.

⁵ Op. cit., p.15

Nesse sentido, Geertz propõe a prática da etnografia na análise das culturas, tomando de empréstimo a noção de “descrição densa” de Gilbert Ryle. Para Geertz a descrição etnográfica é densa, pois compreende escolhas de estruturas de significação, num esforço interpretativa com intuito de determinar sua base social e sua importância, não é simplesmente uma descrição minuciosa, é o olhar que vai além do que está aparente, para este a cultura,

“Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade.”⁶

Para a cultura popular nos apropriamos da noção que Thompson desenvolve no texto “*Introdução: Costume e Cultura*”⁷ no qual, analisando o processo de dissociação das culturas plebéia e patricia no século XVIII e início do XIX na Inglaterra, definiu cultura, como:

“(…) um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um sistema.”⁸

Cultura popular significa muito mais do que o consenso que é evocado com o próprio termo, visto que só adquire sentido se colocada dentro de contextos históricos específicos. No lugar material que lhe pertence, assumindo a forma de um “conceito concreto e utilizável”, não mais no terreno dos “significados, atitudes e valores”, mas localizado dentro de um equilíbrio particular de relações sociais, um ambiente de trabalho de exploração e resistência à exploração, de relações de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência, não se autodefinindo, nem independente de influências externas.

A institucionalização da medicina no Brasil Imperial

⁶ Op. cit., p.24

⁷ THOMPSON, E. P. *Introdução: Costume e Cultura*. In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. pp.13-24.

⁸ Op. cit., p.17.

A definição de uma cultura científica brasileira do oitocentos exige uma série de ressalvas, visto que o processo de institucionalização da medicina no Brasil Imperial não ocorreu sem inúmeros conflitos.

Nesse sentido, destaco o trabalho de Luiz Otávio Ferreira⁹ no qual critica uma tendência historiográfica que abordou a institucionalização da medicina acadêmica no Brasil durante o século XIX, sugerindo que a monopolização por parte dos representantes do saber médico-científico da arte de curar se processou sem qualquer tipo de resistência cultural.

Tal abordagem tornou comum o uso da expressão “medicalização” para indicar o papel ativo das instituições na sociedade brasileira daquele tempo. Para Ferreira o pouco conhecimento sobre as características socioculturais da medicina colonial criou a ilusão de que práticas oriundas de outras tradições não teriam influenciado significativamente o processo de institucionalização da ciência médica ao longo do século XIX.

Tal crítica é desenvolvida por outros historiadores da ciência, que apontam no sentido de uma “redefinição do que seriam práticas terapêuticas legítimas perante o governo”¹⁰, pois entre o fim da década de 1820 e início dos anos 1830, observa-se uma série de marcos no processo de institucionalização da medicina, como a criação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e vários periódicos especializados.

A medicina científica, em processo de construção, no Brasil Imperial guardava ainda características da medicina praticada na Colônia que, segundo Ferreira, forjada pela convivência e combinação de três tradições culturais distintas, a saber, indígena, africana e européia, com inexpressiva participação dos profissionais acadêmicos, engendrou a abolição da rígida hierarquia social da medicina, predominante na Europa. A favor dessa subversão da ordem, estava o fato de que a medicina culta não diferia da medicina popular, pois se caracterizava por uma concepção da doença e apregoava um arsenal terapêutico fundados numa visão de mundo em que coexistiam o natural e o sobrenatural, a experiência e a crença.

⁹ FERREIRA, Luiz Otávio. “Medicina impopular. Ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840)”. In: Artes e ofícios de curar no Brasil. Capítulos de História Social. São Paulo; Editora Unicamp, pp.101-122.

¹⁰ PIMENTA, Tânia Salgado. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos. In: História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Vol.11 (Suplemento 1): 2004; p.68.

Esse universo no qual inúmeras práticas terapêuticas se mesclavam, desde os conhecimentos populares acerca de plantas medicinais até o uso dos conhecimentos de farmácia e química mais modernos, viabilizou, para além da carência de médicos nas diversas províncias, o prestígio social de que gozavam os terapeutas populares¹¹ nas diversas camadas sociais da população.

Já no início do século XIX, com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, esboçam-se tentativas de organizar a educação médica, sendo fundados dois cursos de cirurgia e anatomia nos hospitais militares de Salvador e Rio de Janeiro (1808), pondo fim à exclusividade da formação na Europa de físicos e cirurgiões, bem como a diferenciação da atividade destes acadêmicos das praticadas por barbeiros, sangradores, práticos e curandeiros.

A incipiente tentativa de organização e regulamentação das profissões médicas a partir de 1808 coube ao recém criado órgão da Fisicatura¹². Em “Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX”¹³ Tânia Salgado Pimenta analisa a estrutura e o funcionamento da Fisicatura, bem como a relação desta com os terapeutas populares. A Fisicatura funcionava centralizada em dois cargos, a saber, o de físico-mor, responsável pelas práticas médicas relacionadas à prescrição e fabricação de remédios, e o de cirurgião-mor, sendo de sua alçada as que fossem relacionadas às intervenções cirúrgicas, abaixo desses existiam os delegados e subdelegados, auxiliados por outros oficiais que averiguavam se o regimento da instituição estava sendo respeitado nos diversos pontos do reino e do Império.

A possibilidade de qualquer pessoa, que provasse habilidade, requerer o exame para adquirir uma licença ou carta, oficializando as práticas de cura populares significava o reconhecimento desse saber como legítimo, o que permitia a inclusão dos terapeutas populares entre as pessoas autorizadas a exercer alguma atividade de cura,

¹¹ É interessante a definição que Tânia Salgado Pimenta formula ao questionar a rigidez das categorias classificatórias imposta pela Fisicatura destacando que categorias como sangrador, parteira e curandeiro não abrangiam a diversidade das práticas de quem era rotulado como tal, nesse sentido lança mão da categoria *terapeutas populares*, que compreende, principalmente, as posições sociais subalternas dos terapeutas, tornando as fronteiras entre os ofícios mais flexíveis. Porém, ressalta que parte dos terapeutas, principalmente os que se oficializaram, incorporaram as atribuições e limitações dessas categorias, configurando especificidades em sua relação com os representantes da medicina acadêmica.

¹² A regulamentação dos ofícios ligados às artes de curar existia em Portugal desde a criação dos cargos de cirurgião-mor, no século XIII, e de físico-mor, no século XVI. Novos regulamentos foram definindo melhor as atividades desses profissionais, até que, em 1782, foram substituídos pela Real Junta do Protomedicato, extinta em 1808, sendo criada nesse mesmo ano a Fisicatura que teve como sede o Rio de Janeiro, existindo até 1828.

¹³ PIMENTA, Tânia Salgado. “Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX”. In: Artes e ofícios de curar no Brasil. Capítulos de História Social. São Paulo; Editora Unicamp, pp.307-330.

isso ocorria em uma sociedade dominada por redes de dependência pessoais que iam desde a posição social mais elevada, na pessoa do rei ou imperador, até as mais inferiores, os subdelegados do físico-mor e do cirurgião-mor que podiam facilitar a obtenção de uma licença.

Mesmo com os inúmeros regulamentos que previam punições para os terapeutas que exercessem as artes de curar sem licença, a Fisicatura não possuía pessoal suficiente para fiscalizar todo território. Muitos menos, os diversos praticantes das medicinas populares necessitavam tão diretamente da oficialização da Fisicatura, bastando a estes que sua clientela os reconhecessem, sendo o receio das punições, em geral, o motivo mais freqüente para a recorrerem à legalização.

Com o fim da Fisicatura (30 de agosto de 1828), as atividades de fiscalização das boticas, dos armazéns de secos e molhados, dos portos passaram às câmaras municipais, enquanto que a autorização e fiscalização do exercício de curar ficaram sem um órgão ou cargo responsável. Já em 1829, a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro¹⁴ passou a ser consultada pelas câmaras sobre as questões de saúde pública, assumindo esta não só esta função como também o papel de denunciar os praticantes não autorizados e requerer das autoridades o cumprimento das leis, principalmente contra os sangradores.

Somente em 1830 a questão da autorização e fiscalização do exercício de curar foi retomada, Nesse momento a Câmara Municipal do Rio de Janeiro deliberou sobre o assunto, determinando que nenhum facultativo, boticário, parteira ou sangrador poderia exercer o ofício sem ter apresentado suas cartas na Câmara onde ficariam registradas. Nesse período, quem não as tivesse estaria exercendo o ofício ilegalmente e os curandeiros nem foram citados.

Com a transformação, em 1832, das academias médico-cirúrgicas em faculdades de medicina, estas passaram a conceder os títulos de doutor em medicina, de farmacêutico e de parteira, a partir desse momento à câmara não competia a concessão e reconhecimento do ofício de sangrador.

Tais transformações tenderam a acelerar o processo de monopolização e expropriação das funções dos diversos terapeutas populares pelos médicos acadêmicos organizados, porém, segundo Ferreira esse movimento não resultou em grandes avanços

¹⁴ Pequena agremiação criada em 1829 que viria a ser transformada, em 1835, na Academia Imperial de Medicina.

visto que não havia no Brasil uma cultura científica solidamente estabelecida que pudesse contrapor ao clientelismo que predominava entre professores e alunos.

Entre meados dos anos 1830 aos 1840 a fiscalização foi muito intensa, particularmente, quanto a remédios novos, que eram oferecidos nos periódicos pelos curadores. Ao contrário, dos locais afastados e mais pobres nos quais o recurso aos curandeiros era freqüente, sendo a flexibilidade das determinações legais justificadas pela carência e necessidade da comunidade.

Mesmo com a fiscalização e o esforço no sentido de obter o monopólio das artes de curar houve momentos em que lançaram mão de recursos dos terapeutas populares, principalmente em situações em que perdiam o controle, como no caso de epidemias.

Os médicos acreditavam, segundo Pimenta, antes e após 1828, que sabiam mais do que cirurgiões e curandeiros, portanto a diferença residia no conhecimento que os curandeiros possuíam das plantas medicinais, porém com a organização dos médicos em torno das faculdades, sociedades de medicina e periódicos especializados, observa-se a tentativa de monopolizar cada vez mais o discurso médico. Firmando-se como parâmetros para a diferenciação o processo de aprendizado – na academia – e a posição social – mais abastada, excluindo os que não possuíssem tais características.

Portanto, aos poucos, procurava-se estabelecer o monopólio sobre as artes de curar nas mãos dos médicos com a criação de novas regras quanto ao exercício das atividades terapêuticas, constituídas junto com a organização das instituições médicas, porém as regras apresentavam certa flexibilidade em situações que podiam remeter a relações pessoais e/ou posições sociais de quem requeria a legalização de suas atividades e também à circulação entre conhecimentos terapêuticos populares e acadêmicos.

Os periódicos médicos, os manuais de medicina e a popularização da medicina científica

Enquanto a população continuava a recorrer e reconhecer a competência dos terapeutas populares para tratar diversos males, os médicos acadêmicos buscavam estabelecer parâmetros e regras para as atividades médicas, ao mesmo tempo em que perseguiam a popularidade da medicina científica.

Para tanto os jornais médicos¹⁵ do século XIX funcionaram como intermediários entre o público leigo e o saber acadêmico, pois foram utilizados pelas sociedades de medicina como instrumento de “divulgação científica” na tentativa de forjar uma opinião pública a respeito dos problemas de saúde no país, por meio da publicação das atas das sessões, dos relatórios das comissões e dos trabalhos escritos pelos associados da Sociedade de Medicina e, posteriormente, da Academia Imperial de Medicina.

Segundo Ferreira, os periódicos, mesmo tendo apoio das autoridades médicas oficiais e contando com o vínculo institucional encontravam sempre em condições precárias condicionadas pela configuração social do público leitor, ou seja, ausência de um número significativo de leitores especializados, em sua maioria, os leitores eram de leigos ilustrados que ousavam dialogar criticamente com o saber médico-científico evidenciando a impopularidade da medicina acadêmica.

Quando os médicos, por meio dos periódicos, se dispõem a “falar à sociedade” pondo em pauta assuntos concernentes ao cotidiano da população, como os problemas sanitários, além de exprimir o conflito, também revelam a posição da “opinião pública” quanto à pretensão dos médicos monopolizar a arte de curar.

Por meio dos periódicos Ferreira mostra as dificuldades dos médicos em tratar das práticas populares de cura, pois nos jornais médicos eram publicados tanto artigos de leigos – versando sobre a descoberta e/ ou existência de uma prática terapêutica consagrada pela cultura popular no tratamento de doenças, como o de médicos acadêmicos e, em muitos casos, os leigos convocavam os especialistas para discutirem a eficácia de tais procedimentos.

Alguns trabalhos publicados nos periódicos chegaram a desencadear experimentos, evidenciando que, na maioria das vezes, as práticas terapêuticas sugeridas provinham do inverso da medicina popular, situação que exigia da medicina uma resposta sobre o valor científico de tais procedimentos.

Para Ferreira, a busca pela popularidade da medicina acadêmica foi perseguida por meio da publicação na Revista Médica Fluminense e, depois na Revista Médica Brasileira, de uma série de artigos que visavam convencer o leitor leigo do papel positivo da medicina científica, tratando de temas como os hábitos, necessidades, gostos, vícios e propensões do povo. De acordo com Ferreira, optou-se pela crítica aos

¹⁵ Os periódicos foram: Propagador das Ciências Médicas (1827-1828), Semanário de Saúde Pública (1831-1833), Diário de Saúde (1835-1836), Revista Médica Fluminense (1835-1841) e Revista Médica Brasileira (1841-1843).

hábitos populares de alimentação e vestimentas que, na visão dos médicos, eram extremamente danosos à saúde, pois não estavam de acordo com o clima do Rio de Janeiro. Em outro momento, após o lançamento da Revista Médica Brasileira, em 1841, publicou-se uma outra série de artigos, apresentados de forma didática visando esclarecer os leitores dos riscos dos remédios secretos, o perigo do misticismo em medicina, a intolerância em medicina, a posição social do médico e, finalmente, os preconceitos populares contra a medicina.

Porém, segundo Ferreira, o alcance dessas tentativas foi muito reduzido visto que as proposições dos médicos não tinham correspondência na vida cotidiana e a medicina, ainda, era caracterizada pelo empirismo entre os cirurgiões e teorismo entre os acadêmicos. Por esse motivo, a publicação, em 1842, do *Dicionário de medicina popular e das ciências acessórias*, do Dr. Chernoviz foi visto como um importante instrumento para o esforço de popularização da medicina no Brasil.

O dicionário do Dr. Chernoviz foi divulgado e justificado perante aos médicos e a população em geral pela Revista Médica Fluminense Brasileira, destacando que no dicionário os leigos poderiam adquirir instrução mínima para lidar com as emergências médicas do cotidiano, outro mérito da obra, foi o de difundir os ensinamentos da moderna higiene, contendo não somente informações acerca do tratamento de doenças, mas também formas de prevenção. Segundo Ferreira, finalmente, acreditavam os médicos, havia-se encontrado o instrumento perfeito para tornar a medicina uma ciência popular.

Primeiras análises

A pesquisa nos periódicos médicos do século XIX compreende o esforço de levantar as plantas medicinais oriundas do universo terapêutico popular para confrontá-las com as plantas que foram incorporadas, tanto nas farmacopéias oficiais adotadas no Brasil oitocentista, quanto nos manuais de medicina popular, produzidos com o objetivo de orientar não apenas os médicos, mas também os leigos que praticavam as artes de curar. Pois, estes compêndios faziam uma ponte entre os saberes e práticas sancionados pelas instituições médicas oficiais e os efetivos agentes terapêuticos da maior parte da população.

A partir deste levantamento e confronto objetivamos analisar o movimento de apropriação dos conhecimentos populares acerca de plantas medicinais, bem como o seu deslocamento da cultura popular brasileira do século XIX para a cultura científica. Nos

periódicos pesquisados foram priorizados o levantamento minucioso de artigos que versavam sobre plantas medicinais e seus usos, que poderiam ou não vir acompanhado de uma breve descrição sobre a origem dos elementos terapêuticos em análise. Há artigos que foram transcritos na íntegra, outros somente compreendem uma ementa.

Para tanto, algumas seções se mostraram mais interessantes, tais como as seções intituladas “Farmácia” e “Boletim das Ciências Naturais”. Em geral, a primeira continha as receitas, formas de preparação e indicação do medicamento e a segunda, tendo um papel mais informativo, apresentava-se como um painel mais denso com descrições sobre o local de origem, formas populares de uso com a indicação dada pelas mesmas. Como exemplo podemos citar o Propagador das Ciências Médicas, de novembro 1827, que, na seção Farmácia, trazia uma análise das propriedades terapêuticas da Thridace (alface):

“Da Thridace (alface)

A argüição, que continuamente se está fazendo à medicina de querer inovar, e de não se ligar senão aquilo que recentemente se descobre, cai por si mesmo, à vista dos trabalhos que compreendem os médicos para arrancar do esquecimento as substâncias, que com vantagem foram empregadas em épocas mui remotas.

A medicina antiga admitia e usava de um grande número de corpos, dos quais os conhecimentos químicos, e os ensaios modernamente repetidos têm feito justiça.”¹⁶

No recorte podemos perceber a tentativa de validação de um conhecimento terapêutico popular a partir dos referências da cultura científica vigente. O saber popular em processo de tradução assume características científicas dadas pela sua análise química. O documento segue destacando os mecanismos desse processo de tradução, quando afirma:

“Pela descoberta dos diferentes princípios aos quais cada substância deve suas propriedades medicamentosas, o prático pode com mais certeza dosar, e os farmacêuticos, em suas composições, podem ter aquela exatidão, e aquela uniformidade, as quais evitarão bastantes erros aos primeiros, e exprobrações aos segundos.”¹⁷

Como parte do processo de tradução verificamos a transformação de elementos originais desde o conhecimento popular. Aqui se insere outro documento no qual contém informações da origem, descrição da planta e usos populares, porém, neste caso

¹⁶ Propagador das Ciências Médicas. Ano 1; tomo 4º; nº 11, Nov. 1827. IIIª Seção – Farmácia, p. 79.

¹⁷ Idem, p. 80.

ocorre a seleção do conhecimento, transformando este em possível elemento de apropriação pela medicina científica. A validade da origem do conhecimento é dada pela sua referência em um texto estrangeiro, que por sua vez, referiu-se ao uso corrente no universo terapêutico popular, como vemos a seguir:

“História natural e médica do Agrião do Pará. - (...) M. Emanuel Rousseau leu, na Academia Real de Medicina de Paris, uma noticia interessante sobre esta planta, e com especialidade desvelou-se em fazer conhecer os bons efeitos que resultam de seu emprego contra as moléstias escorbúticas. Antes dele M. Bahi, médico do rei de Espanha, tinha feito conhecer as propriedades terapêuticas em uma memória publicada em 1823. Os habitantes da Província do Pará e os da maior parte das outras regiões da América Meridional comem este agrião cru, ou cozido, e os contemplam como um antiescorbútico muito poderoso”.¹⁸

As informações levantadas na Revista Médica Fluminense (1835-1841) já apresentam um caráter diverso das anteriores, pois esta revista encontra-se ligada à Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, tendo como objetivo reunir os médicos para debater assuntos específicos sobre saúde e doenças, e também para definir o papel desse grupo frente a questões de saúde pública e do exercício da medicina, entre estas atribuições está a análise das plantas medicinais. A seção que proporciona as informações para os objetivos da pesquisa é o *Boletim da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro*, na qual extratos das atas das reuniões são divulgados. Nestes são publicados os pedidos de análise de plantas por pessoas leigas ou não nas artes de curar. Nos requerimentos informam as propriedades terapêuticas que julgam conter as plantas, justificando o pedido que é encaminhado para a Comissão de Substâncias Mediciniais. Como é o caso do requerimento para a análise da *abóbora do mato ou Taiuiá*. Segundo o requerente somente ocorria o uso de três tipos como medicamentos, afirmando que o *Taiuiá* possuía qualidades terapêuticas diferentes das demais.¹⁹

A apropriação dos elementos da cultura popular pela cultura científica foi perpassada, no século XIX, por inúmeros conflitos, podendo inseri-los na persistência do uso comumente aceito pela população em geral. Porém a transferência desses saberes do universo popular para a medicina ocidental, com suas regras e padrões científicos, vai reafirmar que as propriedades terapêuticas se resumem ao princípio ativo contido na folha da alface, quimicamente retirado, e não na alface inteira como pensavam os populares.²⁰

¹⁸ Propagador das Ciências Médicas. Ano 1; tomo 1º; nº 1, Jan. 1827. VIª Seção – Boletim das Ciências Naturais. pp. 131-132.

¹⁹ Revista Médica Fluminense. RMF_SMRJ; vol. I; nº 3 jun. 1835. Boletim da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, p. 7.

²⁰ Propagador das Ciências Médicas. Ano 1; tomo 4º; nº 11, Nov. 1827. IIIª Seção – Farmácia.

As conclusões preliminares apontam para a necessidade de completar o trabalho de fichamento analítico destas fontes, bem como de sistematização das informações. Além disso, parece imprescindível a realização de um levantamento dos manuais de medicina popular e das farmacopéias, com o devido tratamento analítico.

BIBLIOGRAFIA:

A bibliografia que se segue foi aquela efetivamente trabalhada nesta fase (08/2006 – 03/2007), não representando, portanto, toda a bibliografia do projeto.

Fontes primárias:

O Propagador das Sciencias Medicas. Annaes de Medicina, Cirurgia, e Pharmacia para o Império do Brasil. Rio de Janeiro, RJ, 1827.

Ano 1; nº. 1 (janeiro de 1827)- ano 4, nº. 12 (dezembro de 1828). Vol.1-3. jan.1827-dez. 1828.

Semanário de Saúde Pública: pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 1831-1835. Nº 1 (03 de janeiro de 1831)- nº. 125 (15 de junho de 1833). 3 jan.1831-15 jun.1833

Diário de Saúde. Ephemerides das Sciencias Medicas e naturaes do Brazil. Rio de Janeiro, RJ, 1835. Vol.1, nº. 1 (18 de abril de 1835) - v.1, nº. 53 (16 de abril de 1836).

Revista Médica Fluminense. Rio de Janeiro, RJ, 1835-1841.

Vol.1, nº.1 (abril de 1835) - v.6, nº.12 (março de 1841). abr.1835-mar.1837; abr.1838-dez.1839; jan, abr-dez.1840; jan-mar.1841.

Revista Médica Brasileira. Rio de Janeiro. RJ. Maio-ago, out-dez. 1841; Jan-dez. 1842; Jan-mar, Maio 1843.

Fontes secundárias e obras de referência:

- ESTRELLA, Eduardo. Bases conceptuales de la pratica medica tradicional. El caso ecuatoriano. *Revista Ecuatoriana de Medicina*, vol. XIX, nº1, 1983.
- FERREIRA, Luiz Otávio. Negócio, política, ciência e vice-versa: uma história institucional do jornalismo médico brasileiro entre 1827 e 1843. In: *Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 11 (suplemento 1): pp.93-107; 2004.
- FERREIRA, Luiz Otávio. “Medicina impopular. Ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840)”. In: Chalhoub, S. et alli (org). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003, pp. 101-122.
- FIGUEIREDO, Betânia. Gonçalves. Barbeiros e cirurgiões: atuação dos práticos ao longo do século XIX. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, VI(2): 277-91, jul.-out. 1999.

- FIGUEIREDO, Betânia. Os manuais de medicina e a circulação do saber no século XIX no Brasil: mediação entre o saber acadêmico e o saber popular. In: *Educar*, Curitiba, nº 7 25, pp.59-73, 2005.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.
- GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 2, p. 501-14, maio-ago. 2005.
- GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. *Civilizando as artes de curar: Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império*. Rio de Janeiro: COC/PPGHCS, 2003 (Dissertação de Mestrado).
- KREIMER, Pablo. El estudio social de los laboratorios de investigación científica en la periferia: aspectos teóricos y metodológicos. In: *Ciência em perspectiva. Estudos, ensaios, debates*. Rio de Janeiro: MAST:SBHC, 2003, pp.61-89.
- LATOUR, Bruno. *The Pasteurization of France*. Cambridge: Harvard Un. Press, 1988.
- LEI, Sean Hsiang-lin. From *Changshan* to a New Anti-Malarial Drug: Re-Networking Chinese Drugs and Excluding Chinese Doctors. In: *Social Studies of Science* 29/3 (June 1999) 323–58.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. “Magia e Ciência no Brasil Setecentista”. In: Chalhoub, S. et alli (org). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003, pp.163-195.
- NANDA, Meera. Contra a destruição/ desconstrução da ciência: histórias cautelares do terceiro mundo. In: Wood, Ellen & Foster, John B. (org). *Em defesa da história. Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, pp. 84-106.
- PIMENTA, Tânia Salgado. “Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX”. In: Chalhoub, S. et alli (org). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003, pp. 307-330.
- PIMENTA, Tânia Salgado. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Vol.11 (Suplemento 1): 67-92, 2004.

- ROQUE, Ricardo. Sementes contra a varíola: Joaquim Vás e a tradução científica das pevides de bananeira brava em Goa, Índia (1894-1930). In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.11, supl. 1, 2004. pp. 183-222.
- SANTOS, Fernando S. Dumas dos & Muaze, Mariana de A. Ferreira. *Tradições em movimento: uma etnohistória da saúde e da doença nos vales dos rios Acre e Purus*. Brasília: Paralelo 15, 2002.
- SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos. A noção histórica de “povo” na obra *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. In: 52º Congresso Internacional de Americanistas. Brasil Século XXI – Sociedade, Cultura e Identidade uma Sociedade Pluricultural. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.
- SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos; SOUZA, Letícia Pumar Alves de. O óleo da chaulmoogra como conhecimento científico: a construção de uma terapia antileprótica. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, (aprovado para publicação).
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.
- THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In: NEGRO, Antonio Luigi & SILVA, Sergio (org.). *E. P. Thompson: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. São Paulo: Unicamp, pp. 227-267.